

“Redes Sociais – o caminho da cidadania pelo virtual”

Cláudia Pimentel

INTRODUÇÃO

Apresentamos os fundamentos de uma pesquisa acerca das redes sociais, projetadas no campo das organizações da sociedade civil ou de grupos constituídos a partir de movimentos sociais, e sua interação com a sociedade para gerar novas formas de articulação e mobilização social. Como hipóteses de trabalho, supõe-se que o modelo de rede social pode vir a favorecer grupos que estão à margem da sociedade, gerando possibilidades de inclusão e de participação social atendendo a demandas sociais e culturais não preenchidas: a) por estabelecer novas formas de interação que não o trabalho “in loco”; b) pelo caráter representativo destas organizações em áreas sensíveis e que são relevantes ao bem estar da sociedade como um todo.

Durante o trabalho será analisado o contexto de integração destas redes no seu interior e na relação com a sociedade e como seu desenvolvimento está constituído a partir das atuais condições de “reprodução de força de trabalho”. Ao levar em conta as teorias de Althusser, sobre a “reprodução da força de trabalho”, é importante frisar que esta se consubstancia a partir da ideologia dominante. Logo, se faz necessário verificar como estão sendo incorporadas as qualificações inerentes ao uso das novas tecnologias através da reprodução da ideologia vigente e, se em face de uma nova forma de pensar o mundo que propicie e potencialize o ambiente virtual, o atual modelo de rede social está sendo subjugado por um sistema que talvez não seja o ideal para reproduzir àquelas qualificações que permitam às redes a consecução plena de seus objetivos junto à sociedade.

As redes sociais potencializando o bem comum

Desde o contato do homem com o pensamento científico e com o mundo das verdades relativas é que se buscam incontáveis maneiras de novas construções a partir do conhecimento adquirido. Assim, no campo do virtual, o homem ainda engatinha em suas formulações e usos mais abrangentes tendo como suporte as novas tecnologias. Um dos recorrentes temas de pesquisa recai sobre a utilização da Internet enquanto mídia e também do melhor aproveitamento possível desta como “elo” da sociedade e sua interação no campo socioeconômico e político. Atualmente, as redes, que se formam a partir deste suporte de conectividade no campo dos movimentos sociais, buscam estabelecer mecanismos que facilitem os trabalhos dos seus integrantes, e também se valem da desterritorialização pungente do virtual para potencializar sua integração com a sociedade civil, com o objetivo de aumentar as condições para que esta se aproprie do “bem comum”.

“Partindo de Bobbio e de sua definição da democracia como o governo do poder público em público, o ponto de partida é o do reconhecimento da existência de algo que consiste em um **bem público ou comum**, de que existem limites e competências diferenciadas na gestão pública deste bem público, sobre a quem compete a formulação das políticas a ele relacionadas, a quem compete tal gerência, como será o controle e a responsabilização pelos atos do poder público em público, pois se reconhece que “toda política social constitui, a rigor, uma metapolítica...” (Santos, 1993, p. 35).

No Brasil, a formatação das redes sociais, a partir de movimentos sociais ou de organizações não governamentais que buscam em sua integração resgatar o “bem comum”, também é um dos caminhos que estão sendo operados para maximizar a força do virtual no campo do processo de colaboração e de participação da sociedade civil no processo político e econômico. A utilização das redes sociais,

enquanto possibilidade de desterritorialização, é um caminho que proporciona maior agilidade nos trabalhos e maior cooperação, principalmente daqueles que, apesar de apoiarem estes movimentos sociais ou organizações não governamentais, não podem se dedicar integralmente a eles e possuem outra fonte de renda enquanto trabalho formal. Aqui a utilização da “desterritorialização”, proposta por Levy, está justamente relacionada à virtualização dos espaços, no qual se “tende a substituir a presença física das pessoas nos mesmos locais pela participação numa rede de comunicação eletrônica e pelo uso de recursos e programas que facilitem a cooperação”(1996:18). Dessa forma, cada vez mais, aqueles que operam através do sistema de redes sociais teriam condições de estabelecer os mecanismos de interação através do espaço virtual sem prejuízo da cooperação e participação efetiva no contexto da discussão e organização de ações relativas à sua esfera de atuação. Assim também tirariam proveito dos aspectos relacionados à virtualização enquanto sua necessidade de atualização recorrente a partir do trabalho interpretativo de cada grupo ou indivíduo, uma vez que, como aponta Levy: “A subjetividade só eclode com a entrada de subjetividade humana no circuito, quando num mesmo movimento surgem a indeterminação do sentido e a propensão do texto a significar, tensão que uma atualização, ou seja, uma interpretação, resolverá na leitura” (1996:40).

É certo que as redes sociais, a partir do momento em que operam sob o signo do virtual, estabelecem conexões diversas que lhes atribui a necessidade de constante atualização, ou melhor, a condição de que, cada leitor, ao se conectar com o texto, agora utilizando a multimídia como linguagem e tendo como estrutura de leitura o hipertexto, possa estabelecer não só o contato visual, mas se valer do suporte digital que condiz com a atualização necessária feita através da interpretação do texto e reinterpretção dos acontecimentos.

As redes sociais podem se valer da rapidez com a qual este processo de atualização se materializa no virtual para gerar condições de uma melhoria qualitativa nas informações geradas, principalmente no contexto das políticas locais, possibilitando maior sinergia e integração nas percepções e ações coletivas propostas pelos movimentos sociais e organizações não governamentais junto à sociedade.

“Se todos os atos pudessem ser captados, transmitidos, integrados a circuitos de regulação e devolvidos a seus produtores, e participassem desse modo de uma melhor informação global da sociedade sobre si mesma, a inteligência coletiva conheceria uma enorme mutação qualitativa da maior importância.”(LEVY, 1996:69).

O que, porém, têm-se analisado no campo das redes sociais, ou mesmo na formação destas e nas dificuldades de consecução das mesmas, enquanto mecanismo de mudança na sociedade, parece requerer análises que escapam ao campo da virtualização imediata e vão aportar nos aspectos sociológicos e econômicos do uso do suporte tecnológico no qual a multimídia se insere. Quando uma organização se coloca determinada a adentrar-se por caminhos tecnológicos e a engendrar novos modelos de interação, como nos casos das redes sociais, a capacidade desta de adaptação aos mecanismos que circundam este ambiente pode adquirir certa mobilidade, mas alguns entraves a esta mutabilidade encontram-se não só no campo da adversidade do suporte digital como também no campo de como se possibilita a reprodução de qualificações necessárias a este ambiente.

Logo, a respeito do objetivo geral do trabalho, pretende-se estudar em que parâmetros estão se desenvolvendo as redes, ou seja, qual o *quadro referencial cultural, sociológico, político e econômico* que prevalece no contexto dos grupos e organizações não governamentais que a utilizam, com vistas a compreender a relação entre esta realidade e sua forma de “reproduzir a força de trabalho” e a utilização eficiente do modelo operacional virtual. Trata-se, então, de 1) identificar quais grupos estão utilizando com real potência o meio virtual enquanto rede social; 2) investigar as qualificações que estão sendo ou não reproduzidas para o desenvolvimento das redes sociais; 3) verificar a interferência do modelo ideológico vigente junto às formações contemporâneas de rede social; 4) analisar as novas concepções ideológicas que estão se formando no interior das escolas e famílias e que possam favorecer o desenvolvimento do padrão virtual.

Marx estava entre aqueles que sustentavam a dependência da sociedade em relação à reprodução da força de trabalho, “qualquer criança sabe que a formação social que não reproduzisse suas condições de produção ao mesmo tempo que as produzisse não duraria um ano” (1955:209). Sobre essa reflexão, a existência de qualquer formação social, e neste caso a própria rede social, para assegurar sua continuidade, necessita estabelecer um padrão de reprodução da força de trabalho, ou um “modus operandi”, que compactue com o modelo virtual proposto. Pois, sem a reprodução das qualificações inerentes a este novo paradigma de trabalho, sua reprodução está comprometida ou alienada a alguns setores da sociedade.

“Como se assegura a reprodução da qualificação(versificada) da força de trabalho num regime capitalista? Neste ao contrário das formações sociais caracterizadas pela escravidão ou pela servidão, a reprodução da qualificação da força de trabalho tende (trata-se de uma lei tendencial) cada vez menos a ser fornecida in loco (o aprendizado dentro da própria produção), sendo mais e mais obtida fora dela através do sistema educacional capitalista e de outras instâncias e instituições”(ALTHUSSER, 1996: 108).

Uma análise ainda empírica de como operam os atuais sistemas interligados em redes sociais evidencia uma seqüência específica de padrões que estão pouco ou quase nada reproduzidos na “força de trabalho” da realidade brasileira. O uso e a manipulação dos meios tecnológicos no campo da produção acontecem de forma fragmentada e ainda restritos a determinadas esferas e segmentos sociais. Acrescenta-se a esse quadro a pouca ingerência de novos procedimentos de aprendizado escolar para a reprodução das qualificações necessárias à capacitação da sociedade como um todo na manipulação dos meios digitais de forma integrada. Ao quadro representativo em que se poderia alicerçar novos padrões de comportamento com relação ao suporte virtual, estão algumas condições preliminares das quais a sociedade brasileira ainda não pode fazer jus, principalmente, diante do quadro de desigualdade a que está sujeita. A participação à distância ainda está restrita a determinados públicos, e, mesmo estes, ainda não estão suficientemente paramentados com as condições ideais para o uso do meio virtual com todas as potencializações que ele oferece.

“Em outros termos, a escola (além de outras instituições de Estado, como a Igreja, ou outros aparelhos..) ensina a habilidade, mas sob formas que assegurem a sujeição à ideologia dominante ou ao domínio de sua prática...

Assim, a produção da força de trabalho revela, como sua condição *sine qua non*, não apenas a reprodução de sua qualificação, mas também a reprodução de sua submissão à ideologia dominante ou da prática dessa ideologia, com a ressalva de que não basta dizer “não apenas, mas também, pois está claro que é nas formas e sob as formas da sujeição ideológica que se assegura a reprodução da qualificação da força do trabalho””(ALTHUSSER, 1996: 109).

METODOLOGIA

O projeto tem como base o estudo de caso acerca dos grupos e organizações não governamentais que estão utilizando a rede social. As principais categorias de observação e análise do objeto comunicacional são ideologia e competência organizacional.

Como a amostragem pretendida no estudo de caso não é probabilística, ou seja, não faz uso aleatório de seleção e não pode ser objeto de certos tipos de tratamento estatístico, para que os resultados obtidos neste tipo de delineamento sejam significativos, foi estabelecido para o estudo uma certa variedade de casos, porém dentro dos seguintes critérios:

- a) Casos típicos: serão exploradas organizações não governamentais, que estejam utilizando a rede social, indicadas por organizações que trabalham com capacitação de trabalho em rede;
- b) Casos marginais: tentar-se-á encontrar casos atípicos, ou seja, grupos ou movimentos sociais que, mesmo não estando vinculados a qualquer instituição de instrumentação possam estar trabalhando com o universo da rede social.

A ideologia do virtual

Se um dos propósitos do trabalho está amparado no estudo de como se reproduz a força de trabalho, e até que ponto a ideologia dominante repassada pelos diferentes sistemas impregna as organizações de tal forma lhes configurando um quadro de inércia frente a utilização das redes sociais, será importante o suporte teórico da Sociologia, “visto que, não há uma teoria “capaz de perceber, ao mesmo tempo, o modo como a variedade das experiências são produtoras de certas representações da sociedade e como o pensamento social e político hegemônico se enraiza na sociedade” (in MONTERO, 1993:123) . O quadro referencial a ser adotado está centrado na abordagem das regularidades das ações sociais, de Althusser, do modelo funcionalista, a partir das considerações de que a existência de uma sociedade baseada em determinado tipo de relação e força de trabalho, somente se reproduz quanto amparada pela ideologia que a sustenta e nutre com a própria reprodução da força de trabalho, tentando suscitar os aspectos prováveis que podem estar no cerne da questão e discussão dos trabalhos em rede, e, que possam, por sua vez parametrizar novas tendências de entender e capitanear as potências do virtual para o cotidiano das redes sociais: a ideologia virtual. Aqui, paradoxalmente à ideologia dominante, identificada por Althusser, que busca o controle social através dos diferentes Aparelhos Ideológicos do Estado, pretende-se contrapor uma *ideologia virtual* construída a partir da integração dos diferentes meios sociais a que cada indivíduo ou grupo tem acesso, baseada sim nas atuais formações capitalistas como o aparelho escolar, o religioso, o familiar, o jurídico, político, o das comunicações, o cultural etc..., porém reconstruída a partir do caráter virtual da rede através de uma atualização constante que permita sua reinterpretação a cada toque de mouse, já não reproduzindo mais a ideologia das classes dominantes.

“Por um lado, a entidade carrega e produz suas virtualidades: um acontecimento, por exemplo, reorganiza uma problemática anterior e é suscetível de receber interpretações variadas. Por outro lado, o virtual constitui a entidade: as virtualidades inerentes a um ser, sua problemática, o nó de tensões, de coerções e de projetos que o animam, as questões que o movem, são uma parte essencial de sua determinação.”

(LEVY, 1996:16)

A idéia de uma ideologia virtual é necessária para que seja modificado o “modus operanti” da sociedade a partir do suporte digital, de modo que este possa ser utilizado com a potência que o constitui. Como exemplo poder-se-ia comparar a escrita no papel, em que ao adotar o meio virtual, se realizasse o simples transporte do texto para a tela. Isto é possível, porém, exclui qualquer potência ao novo meio, esvazia o suporte que o sustenta. A potência aqui sugerida é a revitalização do virtual a partir de uma nova forma de reprodução da força de trabalho através dos diferentes sistemas que compõem a ideologia, porém constituídos nas formas diferenciadas de entendimento da realidade, não sob a égide da ideologia das classes dominantes, mas sob a ordem de uma renovação social que permita a independência que o virtual requer. Enquanto os sistemas contemporâneos se ativerem a uma atuação que sustente a dominação e a exclusão, será difícil a criação das condições apropriadas para que o virtual se potencialize - e com ele a concepção do trabalho das redes sociais – pois, desde a caracterização das organizações com suas divisões hierárquicas até a utilização nas escolas de jogos que induzem a competição, denota-se uma concepção de mundo que prega a passividade, a alienação,

a disputa, sistemas verticais e o individualismo, propostas contrárias ao novo modelo virtual de ser, que a sociedade da solidariedade quer engendrar.

A ideologia virtual, assim concebida, pode ser o caminho para uma sociedade mais justa. E, como salienta Schaefer, ao afirmar que é possível o processo de trabalhar em direção a uma sociedade mais eqüitativa e restauradora, principalmente, através de uma renovação social que requer “novas formas sociais que aumentem a interdependência e o coleguismo, que sejam não-hierárquicas e voltadas para o serviço, e que nos expandam social e moralmente” (2000: 17). Talvez nesse argumento repouse a explicação para o fato da inoperância atual de tantos trabalhos iniciados a partir de redes sociais e que hoje se encontram estanques. A verificação dos entraves a esta nova forma de elaboração e ação social parecem não estar reduzidas apenas aos obstáculos inerentes ao pouco ativismo digital frente ao aparato econômico que o suporte multimídia requer, mas aportam no campo de como o aparato dos sistemas ideológicos (Estado, escola, família etc...) estão conduzindo a conformação de identidades que reproduzam uma ideologia de fragmentação, não de coesão social. Como cita Hall e Jefferson: “Entretanto, o papel do Estado- Nação ou das classes do mundo globalizado não pode ser subestimado como forças menos importantes na conformação das identidades ou da coesão social, sobretudo na América Latina, com uma sociedade civil pouco organizada e com limites entre as classes muito demarcados.” (1976).

As redes sociais possuem um papel importante nesse contexto até para que se vislumbre uma nova forma de pensar o “social”, e como o mesmo está subjugado a um Estado que, além de não criar mecanismos de melhor distribuição de riquezas ou de inclusão, é o maior obstáculo frente à participação da sociedade na gestão do “bem comum” através das redes, pois, enquanto aparelho ideológico, reproduz uma força de trabalho que não condiz com o desenvolvimento virtual.

As redes sociais como canal de articulação da sociedade civil é algo imperativo em um país como o Brasil, cuja participação popular ainda se restringe ao voto. Pois, onde a área social é gerida como “bem público”, de forma descentralizada e intensamente participativa, como em alguns países escandinavos ou mesmo no Canadá, o que se percebe é que o cidadão torna-se não um mero cobrador das políticas públicas, mas um ser colaborativo. Através das redes sociais, e de seu pleno funcionamento, o que se busca é articular esse interesse direto do cidadão “que pode ser capitalizado para se desenhar uma forma desburocratizada e flexível de gestão social, apontando para novos paradigmas que ultrapassam tanto a pirâmide estatal como o vale-tudo do mercado”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, L. Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado. Em Mapa da ideologia, S. ZIZEK (Org.). Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

GANSON, Willian A. **WOSFSFELD**, Gadi. “Movements and media as interacting systems” em GARCIA, Dorde C. Relações entre meios de comunicação e movimentos sociais. Revista Líbero 12, 2003, p. 21-29.

HALL, Stuart e **JEFERSON**, Tony. Resistance Through Rituals. Youth Subcultures in Post-War Britain. London/Birmigham: Hutchinson,CCCS, 1976 em RONSINI, Veneza V. Mayora. Mídia e identidades juvenis. Revista Comunicare, n 2, pp 83-101, 2002.

LEVY, Pierre. O que é o virtual? Paulo Neves (trad.).São Paulo: Editora 34, 1996. **MONTERO**, Paula. Questões para a etnografia numa sociedade mundial. In: Novos Estudos CEBRAP, n 3, pp 161-177, junho, 1993.

PIMENTA, Francisco J.P. e SOARES, Letícia P. Euromayday 2004 ativismo político pela rede. Revista Líbero 12, 2003, p. 30-35.



SANTAELLA, Lucia. Três tipos de leitores: o contemplativo, o movente e o imersivo. Revista Líbero 9-10, vol. 5, 2002, p.30-39.

SCHAEFER, Christopher. Desenvolvimento de iniciativas sociais: da visão inspiradora à ação transformadora. São Paulo: Antroposófica, 2000